

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.316 - RS (2020/0072467-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : EDSON PAIM (PRESO)
ADVOGADO : CARLA ANGELI - RS075026
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por EDSON PAIM desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0331376-57.2019.8.21.7000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante (e-STJ fls. 33/35), tendo sido a prisão convertida em preventiva (e-STJ fls. 54/57), pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Narram os autos que o ora recorrente foi surpreendido na posse de **uma pedra de crack com peso aproximado de 29g (vinte e nove gramas)** – e-STJ fl. 33

Impetrado *habeas corpus* na origem, o Tribunal *a quo* denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 116):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONVERSÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. DECISÃO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA. RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA.

Cuida-se o tráfico de drogas de crime grave. E a repercussão social dele decorrente, quer no âmbito da saúde pública, quer na esfera da criminalidade – potencializada pelo uso e pelo comércio de substâncias entorpecentes – está a evidenciar concreto risco à ordem pública a tornar necessária a prisão preventiva e obstar a aplicação das medidas cautelares a que alude o art. 319 do Código de Processo Penal.

Segregação cautelar devidamente fundamentada, fundada nas circunstâncias em que se deu a prisão, restando apreendida significativa quantidade de droga de especial nocividade (29g de crack).

Paciente que, ademais, responde a outra ação penal pela prática de homicídio qualificado tentado, no âmbito da qual se encontra pronunciado.

ORDEM DENEGADA.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa a ilegalidade no decreto prisional.

Assere ausência de fundamentação idônea na decretação da custódia, além de ser prescindível a aplicação da medida constritiva ao investigado.

Alega que, *"ao denegar a ordem Des. Honório Gonçalves da Silva Neto (relator), fundamentou a decisão na existência do fato e indícios da autoria, a gravidade do delito de tráfico de drogas, a repercussão social dele resultante no âmbito da saúde pública, quer na esfera da criminalidade – potencializada pelo uso e pelo comércio de substâncias entorpecentes, pois geradores de outras infrações igualmente graves – a evidenciar concreto risco à ordem pública, a tornar imperiosa a prisão cautelar e obstar a aplicação das medidas cautelares a que alude o art. 319 do código de processo penal. Além da quantidade de droga de especial nocividade (29g de crack), o que reforça a necessidade da prisão, sem o que não estará resguardada a ordem pública, sobretudo se o paciente responde a outra ação penal pela prática de homicídio qualificado tentado, no âmbito da qual se encontra pronunciado"* (e-STJ fl. 133).

Afirma, assim, que *"é manifesto que para cercear a liberdade de uma pessoa deve haver real motivação e necessidade, de acordo com os pressupostos autorizadores da prisão cautelar, corporificados quando houver perigo manifesto e circunstanciado para a instrução criminal, de fuga ou para a ordem pública"* (e-STJ fl. 133).

Reforça que *"DEPREENDE-SE QUE O DECRETO PREVENTIVO ESTÁ CALCADO COMO PRECISO PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, ENTRETANTO DE FORMA GENÉRICA, TÃO SOMENTE NA GRAVIDADE DO TIPO EM ABSTRATO"*, e que, *"ainda que a gravidade do delito imputado ao investigado seja grave, não se pode aceitar como fundamentação válida para a manutenção de custódia cautelar, mormente quando desprovida de elementos inequívocos e concretos, que não a simples potencialidade nociva do tráfico de drogas à sociedade"* (e-STJ fl. 134).

Informa que o recorrente é primário, trabalhador e possui residência fixa. Reforça, ainda, que *"não havia investigação prévia sobre a pessoa do acusado, não*

foi surpreendido em ato de comércio, nem apreendido objetos comumente usados na traficância, não sendo suficiente afirmar que o mesmo se dedicava à atividade criminosa em razão de um processo em andamento (de natureza diversa), ajuizado no ano de 2012" (e-STJ fl. 136).

Dessa forma, requer "o conhecimento e provimento do presente Recurso e a concessão a medida LIMINAR, ante a existência de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, determinando a imediata LIBERDADE PROVISÓRIA do Recorrente, mediante imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, e a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em favor do paciente para que assim possa responder ulteriores termos do processo-crime" (e-STJ fl. 139).

É o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Na hipótese, confira-se o que consta da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (e-STJ fl. 55):

O crime, em tese cometido, é doloso e punido com pena de reclusão superior a quatro anos, enquadrando-se nos requisitos do artigo 313, do CPP.

Quanto aos pressupostos do art. 312, do CPP, verifico perigo em concreto à ordem pública, considerando a gravidade do delito associada à reiteração do delito.

Outrossim, a concessão de liberdade, neste momento, em razão da crescente onda de criminalidade que assusta toda comunidade, poderia estimular a prática de delitos congêneres, sendo necessária a medida a fim de ao menos tentar reprimir a ocorrência de novos casos semelhantes, ante a sensação de impunidade que é atribuída à soltura quando se dá logo em seguida da prisão em flagrante.

Diante das considerações acima, presentes a materialidade do fato e indícios de autoria, bem como risco à ordem pública e conveniência da instrução criminal, a justificar a imediata segregação cautelar.

Com efeito, presentes os requisitos dos artigos 312 e 313, inciso I, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de EDSON PAIM, em Prisão Preventiva.

Superior Tribunal de Justiça

No caso, além de não ser grande a quantidade do entorpecente apreendido – **29g (vinte e nove gramas) de crack** –, o decreto de segregação cautelar, consoante se depreende da transcrição acima, padece de fundamentação idônea, vale dizer, de elementos concretos eventualmente existentes nos autos que demonstrem a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, capazes de evidenciar a imperiosidade da custódia cautelar para o resguardo da ordem pública, para a conveniência da instrução processual ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Assim, ante a plausibilidade da pretensão deduzida nesta insurgência, mostra-se imperioso o deferimento do pleito emergencial.

Ante o exposto, **defiro a liminar para determinar a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, a serem estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau, até o julgamento definitivo do presente *habeas corpus***, ressalvada a possibilidade de o paciente estar preso por outro motivo.

Solicitem-se, informações pormenorizadas acerca do caso em questão ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal impetrado, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator